

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.608 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 2002



Comissão aprova relatório do Comitê de Receitas para o Orçamento de 2003

Roosevelt Pinheiro

Comissão de Orçamento eleva previsão de receita em R\$ 16,7 bi

PÁGINA 3

Aprovadas regras para registro de nomes de domínio na Internet

PÁGINA 7

Congresso vai dar posse a Lula no dia 1º de janeiro, às 15h

PÁGINA 3

Terceirização de limpeza deve ter mais exigências

Projeto aprovado pela CAE visa combater irregularidades nas empresas de conservação

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto de lei da Câmara dos Deputados que disciplina o funcionamento das empresas de asseio e conservação contratadas na forma de terceirização por entidades públicas ou privadas. O objetivo é combater as irregularidades comuns nessa área, conforme o relator da matéria, senador Benício Sampaio. Entre outras exigências, as empresas serão obrigadas a contratar seguro que garanta, em caso de fechamento, o valor necessário para o pagamento das verbas rescisórias dos empregados. A proposta vai ao exame do Plenário.

PÁGINA 5

Plenário vota emendas à reforma do Judiciário

O Senado inicia hoje a votação de 114 emendas de Plenário à proposta de reforma do Poder Judiciário. Um dos pontos que devem provocar maior debate é a instituição do efeito vinculante, ampliada no texto do relator, senador Bernardo Cabral, e objeto de emendas dos senadores José Fogaça e Roberto Saturnino.

PÁGINA 2

Valor mínimo por aluno no Fundef pode ser aumentado

Projeto do senador Paulo Souto que eleva o valor mínimo anual por aluno, usado no cálculo da complementação federal para o Fundef, foi aprovado ontem pela Comissão de Educação. O PT absteve-se de votar, por considerar que a matéria exige exame mais profundo.

PÁGINA 7

Comissão de Educação aprovou mudança no Fundef, com abstenção da bancada do PT

José Cruz



CCJ deve retomar análise de projetos terminativos

Com a votação das medidas provisórias (MPs) que estavam obstruindo as deliberações do Senado, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve retomar hoje, a partir das 10h, a apreciação de matérias em decisão terminativa, que só vão ao Plenário em caso de apresentação de recurso por um décimo dos senadores. Dos 45 itens em pauta, a maioria refere-se a questões ligadas à administração pública, ao processo político-partidário e à legislação civil e penal do país.

A votação das matérias não sofrerá interferência da MP 64/2002, que deve ser examinada na sessão plenária de hoje para que não tranque a pauta de outras matérias a serem examinadas pelo conjunto dos senadores ou por comissões, se tiverem caráter terminativo. No primeiro caso está, por exemplo, projeto de José Eduardo Dutra (PT-SE) que normatiza o regime de quarentena de ocupantes de cargos públicos.

Indicação de Stella Gregori para a ANS em exame na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota hoje, a partir das 9h, mensagem presidencial indicando o nome de Maria Stella Gregori para que seja reconduzida ao cargo de diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Stella Gregori, 44 anos, é advogada e exerce o cargo de diretora de fiscalização da agência desde dezembro de 1999. O relator do projeto na comissão, senador Benício Sampaio (PPB-PI), é favorável à aprovação da indicação.

Na mesma reunião, a CAS, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), examina pauta de 18 itens, entre os quais projeto da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) que reserva 20% do total de recursos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) para que a mulher considerada chefe de família possa adquirir a sua casa própria.

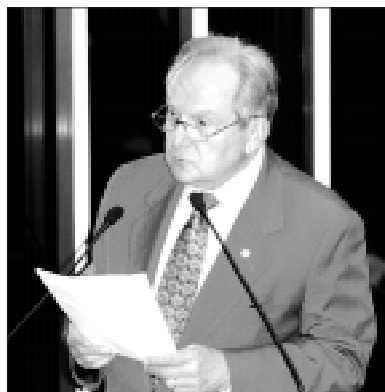
A relatora, senadora Marina Silva (PT-AC), mostrou-se favorável à aprovação da matéria e observou que a medida irá beneficiar milhões de mulheres.

Plenário votará emendas à reforma do Judiciário

Senadores começam a deliberar hoje sobre 114 emendas, inclusive a instituição da súmula vinculante, ponto polêmico da proposta

As 114 emendas de Plenário à reforma do Judiciário começam a ser votadas hoje pelo Senado. Um dos pontos que devem gerar maiores discussões é o que trata da instituição da súmula vinculante, segundo a qual os juízes de instâncias inferiores devem obrigatoriamente acatar em suas sentenças as decisões dos tribunais superiores. A proposta aprovada na Câmara dos Deputados instituiu o efeito vinculante apenas para decisões de caráter constitucional e proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O relator da reforma no Senado, Bernardo Cabral (PFL-AM), ampliou o instituto, incluindo as decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

— A justificativa para a adoção da súmula vinculante para o STF é



Bernardo Cabral, relator da reforma no Senado, quer ampliar súmula vinculante para STJ e TST

de que há quantidade muito grande de processos para serem julgados pelo Supremo. Por uma questão de simetria, resolvemos ampliar para o STJ e para o TST, já que esses tribunais têm número maior ainda de ações — disse Cabral. José Fogaça (PPS-RS) e Roberto

Saturnino (PT-RJ) sugeriram emendas que representam alternativas ao efeito vinculante. Eles propõem a súmula impeditiva de recursos. Pela proposta, só seriam possíveis recursos a sentenças de tribunais inferiores quando essas tivessem teor contrário às súmulas vinculantes.

Mas, para Amir Lando (PMDB-RO), a instituição do efeito vinculante é necessária a fim de evitar que juízes de primeira instância adotem teses extravagantes.

Outros pontos importantes começam a ser votados: criação de juizados de instrução criminal para infrações penais de relevância social; federalização do julgamento de crimes contra os direitos humanos; competências da Justiça do Trabalho; fim do recesso do Judiciário; e eleições para presidentes dos tribunais de Justiça.

Fonte alternativa de energia abre pauta

Sob o risco de não poder votar as outras matérias da ordem do dia, o Senado inicia as deliberações de hoje votando a Medida Provisória (MP) nº 64/2002, que beneficia os produtores de fontes alternativas de energia. O texto permite que as distribuidoras fechem contratos bilaterais com produtores de energia eólica, solar, biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas. O governo define a iniciativa como mais uma oportunidade de negócios para o segmento, que precisa de incentivos para competir no mercado.

Lembrando que a MP foi aprovada na forma de projeto de lei de conversão na Câmara dos Deputados, o presidente do Senado, Ramez Tebet, informou ontem em

Plenário que o texto propicia recursos para subvencionar consumidores de energia elétrica que tenham baixa renda. Ele disse que o prazo de vigência da MP foi prorrogado por 60 dias, mas alertou que o prazo de 45 dias para apreciação da matéria pelo Congresso está esgotado.

Votada a MP, o Senado vai analisar três propostas de emenda à Constituição (PECs). Em primeiro turno, está prevista para ser votada proposta do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que destina à educação infantil recursos do salário-educação, o qual financia atualmente apenas o ensino fundamental. Se aprovada a iniciativa, passarão também a ser beneficiadas com esses recursos

crianças de zero a seis anos.

Será discutida proposta de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que inclui o direito à alimentação entre os direitos sociais. Hoje, a Constituição lista como direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Também ocorrerá o segundo dia de discussão de PEC de Roberto Requião (PMDB-PR) estabelecendo que as negociações realizadas pelo Poder Executivo em torno de atos, acordos, convênios e tratados que versem sobre comércio internacional deverão ser acompanhadas pelo Congresso Nacional desde seu início até o momento da conclusão.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

17h — Solenidade de entrega das medalhas "Suprema Distinção Câmara dos Deputados" e "Mérito Legislativo Câmara dos Deputados".
Salão Negro do Palácio do Congresso Nacional
15h30 — Presidência sessão deliberativa ordinária
18h — Cerimônia de entrega da Medalha do Mérito Mauá e de diplomas. Salão Negro do Clube do Exército

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLV nº 29/02, estabelece exceção ao alcance do artigo 2º da Lei nº 10.192/01, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real; votação, em primeiro turno, da PEC nº 29/00 (tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92/99; 1 e 5, 20/00; e 15/01), que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário; votação, em segundo turno, da PEC nº 32/01, que altera o inciso II do artigo 37 da Constituição federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; votação, em primeiro turno, da PEC nº 14/02, que cria compensação financeira, com parte da receita do Imposto de Importação, para as unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 2/02, que altera o parágrafo 5º do artigo 212 da Constituição federal (destinação do salário-educação); PLS nº 240/01 — Complementar, altera a Lei Complementar nº 87/96, que dispõe sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 21/01, que altera a redação do artigo 6º da Constituição federal (incluindo a alimentação nos direitos sociais); segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 52/01, que acrescenta inciso e parágrafo único ao artigo 49 e inciso ao artigo 84 da Constituição federal (competências privativas do Congresso Nacional e da Presidência da República relativas a atos internacionais); PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitários e a execução de serviço de radiodifusão de som e imagem; e PR nº 82/00, que dispõe sobre a polícia do Senado.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

11h30 — Comissão de Fiscalização e Controle
Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Posse de Lula será em 1º de janeiro, diz Tebet

Segundo presidente do Senado, não há mais tempo para que seja votada ainda este ano a proposta de emenda constitucional que altera a data para o dia 6. O Congresso inicia os preparativos para a cerimônia



Comissão de Orçamento acolheu relatório do Comitê de Receitas que reestimou a arrecadação para 2003

Comissão de Orçamento eleva previsão de receitas federais em R\$ 16,7 bilhões

O Orçamento de 2003 poderá contar com até R\$ 20,3 bilhões a mais de recursos. A Comissão Mista de Orçamento aprovou na noite de ontem o relatório apresentado pelo Comitê de Receitas sobre a proposta da Lei Orçamentária do próximo ano. O relatório reestimou a receita prevista pelo governo, elevando-a em R\$ 16,7 bilhões, dos quais R\$ 6,8 bilhões serão destinados à União. O restante, R\$ 9,9 bilhões, trata-se de recursos vinculados, e serão transferidos aos fundos constitucionais, ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a aplicações no BNDES, ao seguro desemprego e abono salarial, ao Fundo de Combate à Pobreza e ao ensino fundamental.

O comitê aprofundou ainda sua análise e identificou novas possibilidades de receita, incluindo-se o aumento da contribuição previdenciária, com a modernização da máquina de arrecadação. Isto poderá elevar a receita bruta em mais R\$ 3,6 bilhões, o que aumenta o total geral das receitas para R\$ 20,3 bilhões. A elevação dos recursos resulta, principalmente, das novas estimativas da taxa de inflação para 2003, que será, em média, 17,43%, de acordo com a comissão. A previsão da comissão para a taxa de inflação em 2002 foi de 12,92%.

FUNDO SOCIAL

A criação de um fundo social de R\$ 6,8 bilhões, como propôs o Partido dos Trabalhadores (PT), para reservar recursos no Orçamento de 2003 que seriam utilizados para absorver as despesas decorrentes do aumento do salário mínimo, atender as emendas parlamentares e financiar projetos sociais exigiria um projeto de lei para ser viabilizado. A única alternativa para dispensar essa determinação legal, segundo o relator-geral da proposta de Orçamento, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), é alocar essas verbas em ações específicas.

No entanto, o que o PT quer evitar é amarrar os recursos a destinações específicas, para que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, tenha flexibilidade para decidir o reajuste do salário mínimo. Machado explicou também que a manutenção do fundo orçamentário, previsto na Lei Kandir, para ressarcir os estados exportadores das perdas decorrentes da desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que expira neste final de ano, não requer um posicionamento imediato da Comissão de Orçamento. Na reunião ocorrida ontem, em Araxá (MG), entre Lula e os sete governadores eleitos do PSDB, o novo presidente comprometeu-se a

apoiar a aprovação de projeto de lei complementar para prorrogar esse fundo orçamentário.

IMPOSTO DE RENDA

O relator-geral disse que algumas medidas para reforçar a receita orçamentária de 2003, como a prorrogação da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), poderiam ser incluídas no projeto de conversão da Medida Provisória nº 66, que trata, entre outros pontos, da permanência da alíquota de 9% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), cujo resultado já está previsto na proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo. Por enquanto, o dinheiro reservado para o fundo social proposto pelo PT virá da reestimativa de receita realizada pelo Comitê de Receitas, com base no aumento da inflação ocorrida até outubro de 2002 e a projeção do Banco Central para os meses de novembro e dezembro.

De acordo com Sérgio Machado, descontadas as transferências obrigatórias, as vinculações e a manutenção do superávit primário (receitas menos despesas, excluídos os juros da dívida mobiliária), a margem para o Congresso reprogramar gastos é de R\$ 6,8 bilhões, valor que o PT gostaria de alocar em um fundo social.

Roosevelt Pinheiro

A posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva será mesmo em 1º de janeiro, como prevê a Constituição, informou ontem o presidente do Senado, Ramez Tebet. Movimento no Congresso tentava adiar a data, mas, segundo Tebet, não há mais tempo hábil para a mudança. Na Câmara dos Deputados tramita proposta de emenda constitucional (PEC) que muda a data para o dia 6 de janeiro, considerado mais adequado por Tebet.

O senador lembrou que a tentativa de alteração deveu-se ao entendimento de que o dia 1º de janeiro é impróprio, por ser uma data de confraternização universal. No entanto, explicou, a comissão especial da Câmara que analisava a matéria não teve número suficiente para votá-la ontem, e agora não há mais tempo em razão dos prazos que devem ser



Ramez Tebet defende a mudança da data de posse para futuros presidentes

cumpridos para aprovação de emenda constitucional.

Com a decisão, Ramez Tebet informou que o Congresso Nacional começou a tomar todas as providências necessárias para a posse, inclusive a impressão de convites. Ainda assim, o presidente defendeu a aprovação da PEC mudando a data da posse dos futuros presidentes, governadores e prefeitos.

Geraldo Magela



Marluce Pinto e Mozarildo, presidente da comissão, ouvem depoimento de Alexandre Paes dos Santos, dirigente da APS Consultores & Associados

Márcia Kallume

Empresário depõe na CPI que investiga ONGs

O empresário Alexandre Paes dos Santos, dirigente da APS Consultores & Associados, prestou depoimento ontem à comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga irregularidades na atuação de organizações não-governamentais no Brasil. Na última reunião da CPI para a tomada de depoimentos, o empresário negou participação em suposto esquema de pressão junto ao Ministério da Saúde, do qual faria parte a ONG Núcleo de Apoio ao Paciente com Câncer (Napacan), visando à adoção do uso do medicamento Glivec, fabricado pelo laboratório Novartis.

— Nunca tive contato com a ONG ou com seu presidente. Eu não conhecia a Napacan — afirmou,

em resposta à senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

Ele reconheceu apenas que sua empresa, APS, tem um contrato de consultoria com o Laboratório Novartis.

Juntamente com Marluce, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) indagou a Paes dos Santos sobre suposto depósito bancário na conta da ex-funcionária do Ministério da Saúde Débora Alves. O empresário negou conhecer o assunto.

Quando o senador se referiu à sua agenda, onde teriam sido encontradas referências a Débora Alves, Paes dos Santos respondeu que a agenda foi apreendida de maneira irregular, e que a questão está em juízo.

Moreira adverte que MP aumenta carga tributária

Mais de 4 milhões de empresas de bens e serviços são prejudicadas, afirma senador, citando a Confederação Nacional do Comércio

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) solicitou ontem atenção especial dos líderes partidários para “os aspectos prejudiciais” da Medida Provisória (MP) nº 66/02, que dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da contribuição para os programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), conforme estudo realizado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC). Para ele, são justas as ponderações da CNC, que congrega 34 federações, 800 sindicatos e mais de 4 milhões de estabelecimentos:

— Se a medida provisória for aprovada da forma como se apresenta, estaremos onerando ainda mais a carga tributária de mais de 4 milhões de empresas comerciais de bens e serviços, que hoje representam o segmento que mais gera empregos no Brasil — afirmou o senador.

De acordo com Moreira Men-



Moreira Mendes reconhece que medida beneficia indústria e comércio de elevado porte

des, os estudos realizados pela CNC sobre a MP foram encaminhados a todos os deputados e senadores. Apesar deles apontarem aspectos favoráveis, como a transformação de uma incidência em cascata em incidência sobre o valor agregado, a classe comercial de bens e serviços, além de arcar com o aumento da carga tributária, enfrenta ainda a burocratização do sistema — disse ele.

Para a maior parte dos estabe-

lecimentos comerciais, especialmente os varejistas, e a quase totalidade das empresas do setor de serviços, o valor da contribuição do PIS será inquestionavelmente aumentado, caso a MP seja aprovada como está — alertou o senador.

Moreira Mendes destacou que, na parte inicial da MP, figuram dispositivos para substituir a incidência “em cascata” da contribuição ao PIS, por uma incidência de valor agregado. É verdade, admitiu o senador, “que a medida provisória, no que tange ao PIS, beneficia a indústria e o comércio de elevado porte”. Isso porque, afirmou, a nova situação obrigará as pessoas jurídicas contribuintes à criação de mais uma escrita fiscal, diferente das relativas ao IPI e ao ICMS.

Segundo ele, a CNC propõe, para que a MP sinalize o início de uma reforma tributária, a exclusão das empresas do setor de serviços do pagamento da contribuição.

Suplicy cobra recursos para combate à fome

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou o fato de que, até o dia 4 de outubro, o governo federal só tivesse usado R\$ 1,57 bilhão de um total de R\$ 4,22 bilhões de dotações orçamentárias para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A informação foi publicada pelo jornal *Valor Econômico*, na edição da última segunda-feira, com base em dados apurados junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo, a pedido do relator-geral do Orçamento 2003, senador Sérgio Ma-

chado (PMDB-CE).

Sob o título “A triste história do Fundo da Pobreza”, a matéria do jornalista Ribamar Oliveira relata que alguns dos programas que integram o Fundo da Pobreza não tinham recebido nenhum recurso até a data do levantamento. Um dos projetos que estão nessa condição, segundo a reportagem, é o Programa de Organização Produtiva de Comunidades Pobres.

Citando a reportagem, Suplicy disse que o Orçamento deste ano previa gastos de R\$ 7,08 milhões nesse programa, mas até o dia 4

de outubro o governo não tinha liberado “um único centavo”. No mesmo caso, disse o senador, está o Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste, que tem R\$ 51,82 milhões no Orçamento.

Suplicy também perguntou ao líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), em que data o ministro da Fazenda, Pedro Malan, comparecerá ao Senado para explicar o acordo firmado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Jucá respondeu que entrará em contato com o ministério para confirmar a data.



Alzira Soreano, primeira prefeita eleita na América Latina, em Lages (SC), 1928, em foto que compõe a mostra sobre o voto feminino

Exposição celebra 70 anos de voto feminino no Brasil

A exposição “70 anos de Voto Feminino no Brasil” foi transferida para a Senado Galeria, localizada no corredor que dá acesso ao Anexo I. A inauguração da mostra está confirmada para hoje, às 18h.

O evento faz parte das comemorações dos 111 anos do Senado na República, tendo sido organizada pela bancada feminina do Congresso Nacional e pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Segundo a senadora Emilia Fernandes (PT-RS), uma das coordenadoras da bancada feminina, o

evento representa um marco político, já que promoverá o primeiro encontro de senadoras e deputadas da próxima legislatura.

Quem for visitar a exposição poderá ver um acervo cultural e histórico de fotografias, objetos e documentos que contam os 70 anos do voto feminino no país. Na solenidade de abertura, os visitantes presenciarão também o lançamento de documentário produzido pela TV Senado sobre a participação feminina na história do Senado e o papel da mulher nas esferas do poder.

Indicação de embaixadores é aprovada por comissão

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, os pareceres favoráveis à indicação dos diplomatas Ronaldo Edgard Dunlop, para o cargo de embaixador do Brasil junto à República Dominicana, e Roberto Soares de Oliveira, para a embaixada brasileira na Hungria. Os pareceres foram elaborados pelos senadores Bernardo Cabral (PFL-

AM) e Iris Rezende (PMDB-GO). As indicações ainda dependem de aprovação em Plenário.

A pauta da CRE previa ainda a apreciação dos textos do Segundo e Quinto Protocolos ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio (OMC), mas, por deliberação dos integrantes da comissão, os dois itens foram adiados para a próxima reunião.

Jucá pede à Câmara que vote a PEC que cria contribuição de iluminação pública

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apelou ontem à Câmara dos Deputados para que coloque em sua pauta de votações, se possível esta semana, a proposta de emenda constitucional (PEC), já aprovada pelo Senado, que cria a Contribuição de Iluminação Pública em substituição à Taxa de Iluminação Pública. De acordo com o senador, a taxa já é cobrada pelos municípios e tem recebido contestações.

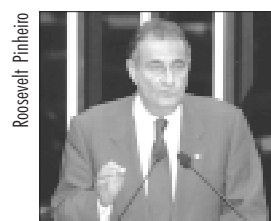
Para Jucá, é muito importante que a cobrança da contribuição seja regularizada, e com rapidez. Ainda este ano, caso a PEC seja aprovada, explicou o senador, as câmaras de vereadores precisarão compatibilizar a nova contribuição às respectivas legislações municipais. O prazo é muito curto e a medida é importante para o investimento em iluminação pública e para a segurança da população — reiterou.

Lindberg homenageia angiologistas

Em virtude do cinquentenário da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vasculatura (SBA), o senador Lindberg Cury (PFL-DF) homenageou os profissionais da área, que trata das doenças do sistema de circulação sanguínea. Criada em 1º de novembro de 1952, a SBA é uma sociedade médica sem fins lucrativos, que tem como objetivos congregar angiologistas e cirurgiões-vasculares, a fim de desenvolver e aprimorar a pesquisa, a prática e o ensino dessas especialidades, bem como promover a defesa profissional das cate-

gorias.

— Nos últimos anos, as doenças das artérias têm sido motivo de muito estudo por parte dos pesquisadores. A arteriosclerose, nas suas diversas formas e localizações, tem sido a *prima donna* dentro desse contexto. A angiologia tem assumido um papel importante, como ciência e arte, na vanguarda das pesquisas inerentes à circulação, o que tem traduzido numa melhora do tratamento dessas enfermidades e, como consequência, na melhora da qualidade da vida dos povos — explicou o senador.



Lindberg Cury

Lindberg lembrou que a angiologia tornou-se uma especialidade médica quando os estudiosos das patologias cardiocirculatórias chegaram à conclusão de que era tarefa extremamente difícil e pouco prática colocar sob a mesma área cardiovascular as doenças que acometem a circulação venosa, arterial e linfática.

Varig pode parar operações em 1º de dezembro, alerta Saturnino

Autor do requerimento para realização de duas audiências públicas que discutiram a crise financeira da Varig, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou ontem que, diante das condições impostas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para uma ajuda financeira à empresa, o dia 1º de dezembro poderá marcar a interrupção das operações da maior companhia aérea brasileira.

O BNDES exige a reestruturação do passivo de mais de US\$ 900 milhões da empresa, mas os principais credores não têm dado sinais de que aceitarão as condições. A única solução, afirmou Saturnino, seria uma ação governamental de apoio à empresa. Para isso, disse, "seria necessária muita vontade política".

Na audiência realizada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre a Varig, o diretor do BNDES Eduardo Gentil informou que a instituição deverá responder ao pedido de finan-

ciamento à Varig no dia 30 de novembro. Ele disse que uma solução para as dívidas é fundamental, pois o banco, como agente público de fomento, não pode financiar seus credores. A operação, informou, consistiria na conversão de parte do passivo em capital, alterando a composição acionária da companhia.

Questionado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), o curador da Fundação Rubem Berta, maior acionista da empresa, Yutaka Imagawa, disse que a Varig pode tentar outras fontes de financiamento. Ele não precisou, no entanto, que instituições participariam da operação.

Álvaro de Sá Freire Júnior, diretor do Unibanco, um dos credores, disse que a situação da companhia é "virtualmente sem alternativa". Esse quadro dificulta a atração de investidores.

— O fato de uma empresa do tamanho da Varig não ter relações bancárias amplas indica pouca credibilidade no mercado — disse.

Emilia cobra do governo medidas para tirar empresas aéreas da crise

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) afirmou que a crise das empresas aéreas, especialmente da Varig, ficará insustentável se o atual governo não tomar providências urgentes. Ela ressaltou que o Executivo "não tem



Situação do setor ficará insustentável, afirmou Emilia

devida atenção" ao setor e que não é possível esperar a posse do novo presidente da República para adoção de medidas. Para a senadora, as soluções não podem ser de responsabilidade apenas dos proprietários das empresas, pois se trata de atividade de concessão de serviço público. O governo, disse Emilia, deve participar com políticas claras para o setor.

Conforme dados apresentados pela senadora, os impostos e custos de infra-estrutura são mais altos no Brasil, o que contribui para que as empresas aéreas nacionais operem em condições desvantajosas. Em aparte, os senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Lindberg Cury (PFL-DF) concordaram que o problema da aviação comercial precisa ser resolvido, ou não restará nenhuma companhia na-

cional no país.

Emilia disse que o Senado se preocupa com o tema e tem realizado várias audiências públicas para debater a questão. No caso da Varig, Emilia informou que desde fevereiro vem alertando para a série de demissões de pilotos. Hoje, atesta, já são mais de 60 comandantes afastados da empresa, a maioria com 20 anos de casa.

DIÁLOGO

De acordo com a senadora, há propostas de solução para os problemas da empresa, mas sua diretoria se fechou ao diálogo. A Associação de Pilotos da Varig (Apar), por exemplo, viu como principal fator de risco para a sobrevivência da empresa o atual modelo de governança corporativa e apresentou plano de reestruturação ampla com o objetivo de atender os interesses de todas as partes envolvidas.

A associação também alerta que, de janeiro a julho deste ano, o patrimônio líquido da Varig tornou-se negativo em R\$ 1,5 bilhão e que as dívidas lançadas no balanço passam de US\$ 900 milhões.

Terceirização de limpeza pode ter novas exigências

Conforme projeto aprovado pela CAE, prestadoras de serviço deverão fazer seguro que garanta direitos dos empregados em caso de fechamento

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável do senador Benício Sampaio (PPB-PI) a projeto de lei que disciplina as atividades das empresas de asseio e conservação contratadas por terceirização em órgãos públicos e na



Benício Sampaio apresentou parecer favorável à proposta

iniciativa privada. Segundo o relator, há várias irregularidades no setor, pois não há regulamentação sobre a saúde financeira dessas empresas e das condições de trabalho dos empregados.

A proposta, destaca o relator, define que essas empresas serão obrigadas a fazer apólice de seguro para garantir, em caso de fe-

chamento, o valor necessário para pagamento da rescisão de trabalho dos empregados. Deverão ainda possuir capital mínimo de R\$ 120 mil.

Conforme o projeto, as empresas deverão apresentar mensalmente aos seus contratantes os comprovantes de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e as contribuições previdenciárias referentes ao mês anterior. A proposta estabelece ainda que, em caso de mudança do controle societário, as empresas deverão comunicar a alteração ao Ministério do Trabalho.

Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), a iniciativa é positiva, pois os empregados terceirizados "são explorados e a maioria não tem seus direitos respeitados". A matéria ainda depende de apreciação pelo Plenário.

RECEITA

A CAE aprovou requerimento de informações do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) a ser encaminhado ao secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, sobre os impactos na arrecadação fiscal a serem gerados por projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA). A proposta trata da dedução do Imposto de Renda devido por pessoas jurídicas de encargos previdenciários gerados pela ampliação do quadro de pessoal.

Patrocínio quer apoio às zonas de exportação

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) pediu ontem aos senadores apoio à implantação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs). Em discurso em Plenário, ele informou já terem sido criadas 17 ZPEs no país, e que as obras de infra-estrutura já foram concluídas em Araguaína (TO), Imbituva (PR), Rio Grande (RS) e Teófilo Otoni (MG).

Zona de Processamento de Exportação é uma área de livre comércio destinada à instalação de empresas voltadas para fabricação de produtos a serem comercializados exclusivamente no exterior. As empresas gozam de regime aduaneiro e cambial especial, além de isenção de alguns impostos.

Patrocínio lamentou que o próprio Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio tenha se posicionado contra a criação das

ZPEs, embora o ministro Sérgio Amaral e o presidente da República já declararam que a prioridade do país é a exportação.

O senador citou documento produzido pelo presidente da Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação (Abrazpe), Hélcio Cavalcanti Braga, enviado a Sérgio Amaral. No texto, o presidente da entidade afirma que "uma equipe do ministério foi à Secretaria da Receita Federal pedir que não fosse tomada nenhuma providência visando à operacionalização das ZPEs". O parlamentar acrescentou que "o alfanfegamento da área pela Secretaria da Receita é um dos requisitos exigidos pela lei para instalação de em-



ZPEs atraem empresas estrangeiras, diz Patrocínio

presas em uma ZPE". — Parece que o maior adversário das Zonas de Processamento de Exportação é o próprio ministério, apesar dos benefícios ao país e à nação que adviriam, sem dúvida, da implantação desses mecanismos.

Carlos Patrocínio afirmou que as ZPEs são capazes não somente de aumentar a capacidade de exportação, mas também de atrair empresas estrangeiras para participarem desse esforço. A instalação das áreas já se mostrou eficaz em inúmeros países.

O senador citou relatório divulgado em 1999 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) segundo o qual há mais de 850 zonas francas no mundo.

Jucá ressalta superávit da balança comercial

Ao registrar que o superávit da balança comercial brasileira já alcançou US\$ 11,1 bilhões este ano, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que o país conseguiu inverter todo o resultado negativo acumulado no comércio exterior brasileiro



Jucá quer definir logo o aumento do salário mínimo

desde o início do Plano Real. Entre 1994 e 2001, o déficit acumulado chegou a US\$ 9,6 bilhões.

O senador fez apelo ao PT e aos partidos vinculados ao futuro governo para que concordem em incluir no Orçamento da União de 2003 o valor de R\$ 240 para o salário mínimo. Ele manifestou discordância em relação à proposta do PT no sentido de que a decisão fique para abril e que os recursos existentes para o aumen-

to sejam incluídos na rubrica de reserva de contingência.

O PSDB, disse, decidiu vincular ao aumento do mínimo para R\$ 240 o voto favorável à manutenção, por mais dois anos, das alíquotas de 27,5% do Imposto de Renda da Pessoa Física e de 9% da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) das empresas.

— Não queremos essa indefinição sobre o salário mínimo, o que parece ser a proposta do PT — afirmou Jucá.

CAE aprofunda exame do ICMS sobre cesta básica

Integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos terão prazo de uma semana para analisar melhor o projeto de Ramez Tebet que permite reduzir a zero a alíquota do imposto sobre produtos destinados à alimentação popular

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), concedeu ontem, a pedido dos membros do colegiado, prazo de uma semana para que possam analisar o projeto de resolução do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que permite reduzir a zero a alíquota do

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos produtos que compõem a cesta básica.

Na reunião, foi lido relatório do senador João Alberto (PMDB-MA), favorável à proposta, com três



Proposta de Ramez Tebet (no destaque) provocou debates na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida por Alcântara

emendas que ajudam na implementação da medida. “A elevada carga de tributos destaca-se no preço da alimentação. A mitigação da carga fiscal é, nesse contexto, medida urgente”, afirma o relatório.

Durante a discussão, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) questionou a constitucionalidade do projeto, já que a Constituição define como competência do Senado estabelecer alíquotas, o que, na sua

opinião, é diferente de isentar produtos do ICMS. Assim, Jefferson solicitou que a proposta seja analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania antes da votação do mérito na CAE.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defende o mérito da proposta, que é baratear a alimentação dos mais pobres. Porém, pediu que a CAE examine os impactos que a medida pode representar nos estados produtores de alimentos.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A CAE também decidiu realizar audiência pública para debater o projeto da Câmara que determina que os serviços executados em gráficos devem ser sujeitos ao ICMS. Atualmente, existe confusão na co-

brança de imposto sobre essa indústria, pois os municípios entendem que trabalhos gráficos devem estar sujeitos ao Imposto Sobre Serviços.

Suplicy solicitou que o secretário de Finanças do município de São Paulo, João Sayad, seja convidado a falar sobre o assunto. Já o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) pediu uma boa definição do assunto para que as empresas não sejam tributadas duplamente.

O presidente da CAE sugeriu que sejam convidados para a audiência pública um representante do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), composto pelos secretários estaduais de Fazenda, e um representante dos secretários municipais de Fazenda.

Suplicy quer verificar impacto nos estados

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) explicou em Plenário ao senador Ramez Tebet os motivos que o levaram a pedir vista do projeto que permite reduzir a zero a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente na cesta básica.

O pedido de vista ocorreu na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos realizada na manhã de ontem. Suplicy justificou que, apesar de reconhecer os méritos da proposta de Tebet, pretende ouvir os secretários de Fazenda sobre os impactos que a medida poderá trazer para os cofres dos estados.

— Bens como arroz, feijão, batata, ovos, frango, carne e leite são importantes, mas são consumidos tanto pela população de poder aquisitivo relativamente mais baixo como também pela que detém mais recursos e pode pagar impostos. A isenção do ICMS seria o melhor caminho? — indagou Suplicy.

Mesmo declarando-se de acordo com o objetivo de facilitar o direito de todos os brasileiros se alimentarem, Suplicy reforçou a necessidade de esclarecer determinados pontos, como a influência que a isenção teria na chamada guerra fiscal que envolve alguns estados. Ele também lembrou que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, já expressou que seu maior objetivo será propiciar que todos os brasileiros possam se alimentar pelo menos três vezes ao dia.

Em aparte, Ramez Tebet agradeceu as explicações de Suplicy e lembrou que o projeto não obriga a isen-

ção do ICMS, apenas a facultar aos estados. Ele salientou que, barateando o alimento indispensável, a população terá mais dinheiro para comprar comida.

— Se a maioria dos estados está concedendo cestas básicas a famílias necessitadas, como explicar a cobrança de ICMS do arroz, feijão, açúcar e café? Quem quer uma reforma tributária justa e humana tem que buscar favorecer o mais humilde e necessitado — afirmou.

Requião teve projeto semelhante arquivado

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) indagou ontem, em Plenário, por que a Comissão de Assuntos Econômicos está examinando o projeto do senador Ramez Tebet que permite reduzir a zero a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços nos produtos da cesta básica. “Há poucos meses, um projeto de minha autoria, que instituí alíquota zero para a cesta básica, foi arquivado. Por que arquivar o meu projeto e dar tra-



Roberto Requião estranhou o exame de matéria semelhante à de sua autoria que foi arquivada

mitação a uma proposta semelhante?”, perguntou.

Requião disse que apóia integralmente o projeto de Ramez Tebet, mas lembrou que é inconstitucional examinar novamente uma proposta rejeitada no mesmo período legislativo. Ele tomou conhecimento da proposta de Tebet ao ouvir o debate sobre a matéria.

— Meu projeto foi amplamente debatido e sofreu dura oposição da bancada baiana, que argumentou que haveria graves prejuízos à economia do estado com a isenção de impostos nos produtos da cesta básica. Uns poucos estados acompanharam a argumentação dos baianos e o projeto terminou arquivado. Foram feitas análises dos efeitos fiscais dessa isenção. Outra dúvida: por que o projeto do presidente Ramez Tebet está em análise pela Comissão de Assuntos Econômicos, e não pela de Constituição, Justiça e Cidadania?

Audiência vai debater uso do FGTS no mercado acionário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu realizar audiência pública para debater o projeto de lei do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) que permite a utilização de 12,5% dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na capitalização de empresas no mercado acionário.

— Os trabalhadores não serão prejudicados e há necessidade de fortalecer o mercado acionário, para que a economia possa crescer de forma sustentável — diz o relatório do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA).

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) leu carta do presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Luís Roberto Ponte, contrária ao projeto. De acordo com a CBIC, o FGTS não deve se desviar de suas finalidades originais, ou seja, a habitação popular e o saneamento básico.

O presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), abriu prazo para sugestão de nomes para participar da audiência. Os presidentes da CBIC, da Comissão de Valores Mobiliários e da Associação Brasileira dos Analistas dos Mercados de Capitais foram citados como prováveis convidados.

Antonio Carlos Júnior pediu que, caso a audiência seja realizada na próxima legislatura, quando seu mandato terá chegado ao fim, seja convidado a participar, já que a proposta é uma convicção



Antonio Carlos Júnior propõe uso de 12,5% dos recursos do FGTS na capitalização de empresas

formada a partir de seus estudos acadêmicos sobre o assunto.

Com base em relatório do senador Romero Jucá (PSDB-RR), os membros da CAE decidiram rejeitar, em caráter terminativo, o projeto de lei do senador Álvaro Dias (PDT-PR) que estipula em 10% ao ano a taxa de juros incidente nos financiamentos concedidos no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação. Na opinião do senador Jefferson Péres (PDT-AM) a medida é inoportuna em tempos de responsabilidade fiscal. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) anunciou que irá recorrer para que a proposta seja examinada em Plenário.

Pedido de vista de Heloísa Helena levou o presidente da CAE a adiar a análise do projeto de lei do senador Paulo Hartung (PSB-ES) que estende a compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para a geração de energia elétrica aos municípios que fazem limite com aqueles que sediam a usina.

Comissão aprova mudança no Fundef

Substitutivo acolhido pela CE propõe elevar de forma progressiva a complementação feita pelo governo federal ao fundo. Matéria segue para decisão terminativa na CAE

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem substitutivo do senador José Jorge (PFL-PE) a projeto de lei do senador Paulo Souto (PFL-BA) que eleva gradualmente o valor mínimo anual por aluno que serve de regulador da complementação da União para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) no âmbito de cada estado. Os senadores do PT abstiveram-se de votar sob a alegação de que a matéria merece um debate mais aprofundado.

A proposta de Souto receberá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o PT pretende promover audiência pública para discutir melhor as alterações sugeridas pelo senador baiano.

De acordo com o projeto de Souto, o valor mínimo anual por aluno corresponderá à razão entre a previsão da receita para o Fundo e a matrícula do ensino fundamental no ano anterior, acrescida do total estimado de novas matrículas. O substitutivo mantém essa definição, mas acrescenta uma proposta de progressividade, segundo a qual o valor mínimo para 2003 seria de 70% do calculado, para 2004, de 80%, e para 2005, de 90%. Nos anos subsequentes, se adotaria, então, o valor integral.

O relator manteve no substitutivo a proteção, prevista no texto original, dos recursos orçamentários destinados à complementação da União de contingenciamento sob qualquer argumento. Na reunião de ontem, devido à ausência de José Jorge, o senador

Romeu Tuma (PFL-SP) foi designado relator *ad hoc* da matéria.

Ao anunciar a posição do PT de abster-se na votação, a senadora Emilia Fernandes (RS) afirmou que a matéria era polêmica. Destacou que o partido defende um Fundef que cubra toda a educação básica, que seria, assim, o "Fundeb". E declarou que o passivo da União de 1998 a 2002 não podia ser omitido, como o foi no projeto.

— O governo atual, em nenhum momento, conseguiu cumprir as metas no que diz respeito ao número de estados atingidos e ao valor do repasse — disse Emilia, para quem o futuro governo estabelecerá, de forma mais clara, as regras relativas ao Fundef.

Na argumentação contrária à aprovação do projeto, a senadora acrescentou que este não discutia, de forma adequada, a questão prevista no artigo 12, segundo o qual o Ministério da Educação realizará avaliações periódicas dos resultados da aplicação da lei sobre o Fundef, com vistas à adoção de medidas operacionais e de natureza político-educacional corretivas. Emilia disse também que, com o projeto, não se cumpria o valor mínimo previsto na lei, reduzindo-o, para 2003, a 70% do teto previsto.

Durante o debate, Romeu Tuma qualificou o relatório de José Jorge de perfeito. O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) considerou o projeto de Souto "primoroso e oportuno", enquanto o autor esclareceu que a proposta pretende recompor o financiamento do ensino fundamental de forma adequada.



Recomposição adequada para financiamento do ensino fundamental é o objetivo principal do projeto de Paulo Souto

Repasse de salário-educação deve ser direto a município

Projeto do senador Álvaro Dias (PDT-PR), aprovado ontem em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), estabelece a obrigatoriedade de os estados repassarem automaticamente aos municípios a parcela de recursos da contribuição social do salário-educação. A matéria, já aprovada pela Comissão de Educação (CE), foi relatada na CAE pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ), que apresentou duas emendas.

De acordo com Saturnino, a medida — que seguirá para apreciação da Câmara caso não haja recurso para exame no Plenário — garante o repasse direto dos recursos às secretarias de educação dos municípios, pois cria uma quota do benefício específica para essa instância. A lei atual define a existência das quotas federal e estadual do salário-educação, ficando a cargo do estado redistribuir os recursos do benefício aos municípios. Esta prática, no entanto, destaca o senador, acaba resultando em atrasos da transferência.

O projeto prevê que a parcela de dois terços da arrecadação dos recursos passará a constituir a quota estadual e municipal e será repassada, automaticamente, em favor das secretarias de educação

dos estados, Distrito Federal e dos municípios, de forma proporcional ao número de alunos matriculados no ensino fundamental.

— Esse projeto não privilegia nem o poder público estadual nem o municipal no recebimento dos recursos do salário-educação. O benefício recai sobre os alunos, que são os maiores interessados — disse Saturnino.

Uma de suas emendas sugere a flexibilização parcial do critério de divisão dos recursos do salário-educação segundo os valores arrecadados no estado, desde que fique garantido o tratamento isonômico entre cada estado e seus municípios na repartição da contribuição social. A outra emenda estabelece que a lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro após aprovação e publicação.

PRECATÓRIOS

Os senadores da CAE aprovaram, na mesma reunião, parecer de Wellington Roberto (PTB-PB) recomendando arquivamento do ofício do Banco Central com detalhes da operação de crédito de refinanciamento dos títulos da dívida pública emitidos para o pagamento de precatórios judiciais realizada entre a prefeitura de Osasco (SP) e a União.



Proposta de Álvaro Dias foi aprovada pela CAE em caráter terminativo

Projeto cria regra para registro de nome na Internet

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, por unanimidade e em caráter terminativo, projeto do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que proíbe a terceiros o registro de marcas registradas e de nomes comerciais, civis, familiares e artísticos como nomes de domínio na Internet. Só os titulares e legítimos interessados poderão fazê-lo. Se não houver recurso para deliberação em Plenário, o projeto seguirá para o exame da Câmara dos Deputados.

Segundo Ornélas, a medida tem o objetivo de estabelecer regras claras que possam dar maior segurança às relações jurídicas decorrentes da utilização da rede Internet, coibindo abusos. A atual legislação "tem dado margem a que pessoas ou empresas de má-fé registrem nomes próprios de terceiros para depois revendê-los aos legítimos interessados, bem

como com outras finalidades igualmente reprováveis, como a difamação e a concorrência desleal".

O projeto mantém que o registro será concedido ao

primeiro interessado que o requer, conforme regulamentação atual do sistema de registro de nomes de domínio no Brasil, estabelecida pelo Comitê Gestor da Internet, mas sujeita a concessão às regras fixadas na matéria.

Outros limites contidos no projeto estabelecem que não serão registrados nomes que contenham palavras de baixo calão ou ofensivas à moral e aos bons costumes, nem as que incentivem o crime, a discriminação de origem, raça, sexo, cor ou credo. Nomes que o órgão responsável pelo registro considere prejudiciais à segurança e confiabilidade do tráfego de informações na Internet também serão rejeitados.

"VOZ DO BRASIL"

Um pedido de vista solicitado pela senadora Marina Silva (PT-AC) adiou para a próxima terça-feira a votação de projeto, em decisão terminativa, do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), que flexibiliza o horário de veiculação do programa *Voz do Brasil*, dentro do espaço noturno considerado nobre.



Ornélas objetiva aumentar segurança aos usuários da rede

Fundo movimentará R\$ 22 bilhões

O Fundef foi instituído por lei em 1996 e entrou em operação dois anos depois. É composto, basicamente, por recursos dos estados e municípios, originários de fontes já existentes, acrescidos de uma parcela de recursos novos, originários da União, que somados alcançariam cerca de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Os recursos são empregados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental (antigos primário e ginásio) público e na valorização do magistério. Para este ano, o Ministério da Educação prevê que o fundo movimentará R\$ 22 bilhões.

O projeto de lei que foi alvo de discussão, ontem, na Comissão de Educação (CE) mexe apenas na parcela originária da União, a chamada complementação, que, por sua vez, refere-se ao custo anual dos alunos. Atualmente, a União libera, para cada estudante matriculado nos estados e municípios, o equivalente a R\$ 363,00 (no caso da 1ª a 4ª séries) e R\$ 381,15 (5ª a 8ª séries). Segundo o Conselho de Secretários Estaduais de Educação (Consed), esses valores estão abaixo do custo efetivo anual dos alunos.



Segundo Casildo Maldaner, a região abrange vários municípios fundados há décadas

Maldaner teme demarcação de reserva em SC

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) comunicou ao Plenário que o ministro da Justiça, Paulo de Tarso, confirmou audiência hoje, às 17h, com parlamentares, prefeitos e vereadores de Santa Catarina, para tratar de pleito da Fundação Nacional do Índio (Funai) com o objetivo de demarcar área indígena no oeste do estado.

De acordo com o parlamentar, a região abrange vários municípios fundados há décadas, o que impossibilitaria a desapropriação de terras, pelo valor a ser despendido e pela grande quantidade de cidades envolvidas no processo de indenização. A Funai, informou, no entanto, que teria feito levantamentos antropológicos que apontam a área questionada como uma reserva indígena.

Surpreendidos com o levantamento de informações por parte da Funai, prefeitos e vereadores estão em Brasília, segundo o senador, tentando barrar a pretensão da fundação, antes que ocorram conflitos sangrentos.

— É preciso bom senso para tratar esse problema, pois é melhor duas horas de diálogo do que cinco minutos de tiroteio. Espero que encontremos a melhor solução para os moradores das cidades da região do oeste de Santa Catarina e para os índios — frisou.

LIVRO

Maldaner também registrou o lançamento do livro *A Saga dos Guarani*, de autoria do jornalista Paulo Ramos Derengoski. A obra relata a implantação de uma república nos moldes dos ideais platonianos: as reduções jesuíticas, que desafiaram por mais de dois séculos, em território brasileiro, uruguaio e argentino, o domínio colonial ibérico.

Mozarildo defende projetos para desenvolver Amazônia

Ao referir-se às metas do governo Lula para a região, ele critica o que chama de preconceito contra empreendimentos econômicos na área

Ao comentar ontem, em discurso no Plenário, as metas apresentadas para a Amazônia no programa de governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) criticou o que chamou de preconceitos contra projetos de desenvolvimento na região.

— Com tais preconceitos não se criarão empregos, os milhões de que precisamos, parte dos quais espero que sejam criados na Amazônia — afirmou o senador, ao defender projetos de mineração e de construção de hidrelétricas, como a de Belo Monte, e do gasoduto para transportar o gás de Urucu. Mozarildo disse que o ambientalismo deve ser “uma forma de solidariedade com as gerações futuras, para as quais não se quer passar uma herança de devastação”. Mas observou que no Brasil — e sobretudo na Amazônia —



Mozarildo Cavalcanti disse ter detectado na proposta o dedo das ONGs

“modalidades fanáticas de ambientalismo vêm se traduzindo em defesa do arcaico e primitivo, em contraposição ao direito de desenvolvimento, como se algumas regiões tivessem direito a ele e outras, não”.

O senador disse ter detectado no documento “o dedo das ONGs (organizações não-governamentais)”, no tipo de proteção proposta para segmentos sociais es-

pecíficos, como os ribeirinhos de economia de subsistência, os extrativistas e os indígenas. Para o senador, essa proteção “assume ares de congelamento de modos de vida e de negação de acesso à modernidade”.

— Na ideologia pós-industrial das ONGs, freqüentemente o mal está associado ao desenvolvimento, à tecnologia e a qualquer modificação da natureza, e o bem está sempre associado ao que é primitivo e arcaico e à natureza intocada — observou.

Mozarildo defendeu também a presença mais intensa do Estado na região como forma de assegurar a soberania nacional e de progresso social e econômico. Na Amazônia, disse o senador, “é preciso somar o social, o estratégico, o econômico e o cuidado ambiental”, acrescentando que “uma dose de desconfiança em relação aos que querem travar seu desenvolvimento também é bem-vinda”.

Proposta denomina TRE-MS de Palácio Tuiuiú

Projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que dá o nome de Palácio Tuiuiú ao prédio do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Mato Grosso do Sul foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação (CE). Segundo Tebet, “a representatividade do tuiuiú (também conhecido como jaburu) materializa mais um elo entre o Tribunal Regional Eleitoral, a população de Mato Grosso do Sul e o peculiar ecossistema que caracteriza a região do Pantanal”.

Em parecer favorável, o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) informou que 65% da área pantaneira pertence ao estado de Mato Grosso do Sul, e que “é impossível não associar a imagem do pernilho tuiuiú, de bela plumagem branca e papo vermelho, aos córregos, rios, baías e corixos do pantanal”. Juvêncio afirmou ainda que a medida contribui para a conscientização ambiental.

Na discussão da matéria, a senadora Marina Silva (PT-AC) observou que o projeto era um



Na Comissão de Educação, senadores destacaram que projeto de Ramez Tebet contribui para conscientização ambiental

gesto de Tebet de respeito à cultura e à fauna de Mato Grosso do Sul. O senador Lindberg Cury (PFL-DF) quis saber se o TRE e a população concordavam com a sugestão de Tebet. O relator disse que não poderia dar essa resposta, mas concluiu que o nome sugerido era expressivo e educativo. Já o senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que Tebet é advogado e disse que o presidente do Senado tem um bom relacionamento com as au-

toridades do Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Na mesma reunião, a CE aprovou, em caráter terminativo, projeto do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) que dá o nome de Lauro Carneiro de Loyola ao Aeroporto de Joinville (SC), e, em caráter não terminativo, projeto do deputado Antônio Carlos Konder Reis (PFL-SC) que inclui o nome do ministro Victor Konder à denominação do Aeroporto de Navegantes, também em Santa Catarina.



Maguito Vilela aplaudiu prefeitos do sul e sudoeste de Goiás pela iniciativa

Municípios vão consertar BRs, afirma Maguito

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) informou que grupos de prefeitos e empresários do sul e do sudoeste de Goiás decidiram consertar, com recursos próprios, trechos das estradas federais em seus municípios. Em discurso feito ontem, anunciou que apresentará projeto de lei permitindo que prefeituras sejam indenizadas por serviços realizados em rodovias de responsabilidade da União.

Ele cumprimentou os prefeitos das duas regiões, como também os empresários, agricultores e pecuaristas que estão custeando a manutenção das estradas. Segundo o senador, Humberto Machado, prefeito de Jataí, sua cidade natal, conseguiu arrecadar R\$ 300 mil em uma semana. O parlamentar criticou as ações do Ministério dos Transportes e do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dniti), órgãos do governo federal, que, salientou, querem impedir as prefeituras de taparem os buracos nas rodovias.

— É um absurdo uma situação dessas: o governo é omissivo, abandona as estradas e, quando o povo quer consertar, tenta impedir. Espero que o governo, que nunca foi sensível ao problema das estradas federais em Goiás e no Brasil todo, não tente impedir o povo de fazer o que ele deveria ter feito — ressaltou Maguito Vilela, lembrando que já proferiu mais de 30 pronunciamentos denunciando a precariedade das estradas federais sem, no entanto, sensibilizar o governo federal.

O representante goiano afirmou que 60% das rodovias do país encontram-se praticamente destruídas.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Mozarildo Cavalcanti, Maguito Vilela, Romero Jucá e Nabor Júnior